



SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL TEMÁTICA TRIPARTITE DA NR-29 (COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL PORTUÁRIA – CPNP)

Data: 25 e 26 de abril de 2013.

Local: São Francisco do Sul / SC

Participantes: José Emilio Magro (MTE/SRTE/ES), Rosângela Mendes Ribeiro Silva (MTE/SRTE/SP), Luis Gustavo Manfré (MTE/SRTE/SC), Antonio Carlos Garcia (FUNDACENTRO), Armando R. Moreira (MT), Paulo Roberto Spranger (DPC), Álvaro Diniz (DPC), Marcelo Almeida (SEP), Ernani Pereira Pinto (CONTTMAF), José Adilson Pereira (CONTTMAF), Guanito Prado A. Filho (FNP), Rogério Porto Veleda (FENCCOVIB), Robson Santos (FNE), Luiz Antonio Fayet (CNA), Luiz Fernando Resano (SYNDARMA), Luiz Sergio Soares Mamari (CNC), Angelo Soares (CNI), João Carlos Matar (CNT), Milton Ferreira Tito (SINDOPERJ), Lucimar Camata (CODESA), Jerson Pegoraro (Porto São Francisco do Sul), Guilherme Aguiar de Araújo (Capitania dos Portos), Mário Mendonça (SYNDARMA), Nadian Casala de Almeida (OGMO SFS), Rafaella Fernandes (OGMO SFS), Fernando Carvalho (TESC), Christiano Pereira (Terminal Privado de Itapoá), Tatiana Oliveira (TESC), Natanael Bruno (CNEN), João Freitas de Menezes (Delegacia da Capitania dos Portos), Agnes Prochthases (TESC), Vagner Viton (CODESA).

Dia 25/04/2013 – Reunião Técnica no Terminal Portuário Privado de Itapoá, no Porto Público de São Francisco do Sul e no Terminal Portuário Santa Catarina (TESC/SC)

Dia 26/04/2013 – 27ª Reunião Ordinária da CPNP – São Francisco do Sul/SC

O coordenador iniciou a reunião apresentando as bancadas e explicando a dinâmica da comissão.

Verificação para aprovação da ata da 26ª Reunião Ordinária

A ata da 26ª Reunião Ordinária foi aprovada sem alterações.

Informes sobre alterações da NR-29

O coordenador leu as alterações da NR-29 que aguarda publicação de portaria. As bancadas estão de acordo e aguardam a publicação.

Proposta FUNDACENTRO – Inclusão de item sobre Segurança em Silos e Armazéns

Representante da Fundacentro, Antônio Carlos, apresentou a sugestão para este item.

A bancada patronal informou que terá que repassar o material apresentado para análise de especialistas, a fim de se posicionar posteriormente. José Emilio solicitou atenção da bancada, pois nem sempre os especialistas consultados entendem a realidade do porto. Os trabalhadores concordaram com 90% da proposta. O coordenador da bancada patronal se

comprometeu em dar uma resposta em uma semana sobre a necessidade da realização, ou não, de reunião específica para o assunto.

Justificativa:

Ao analisar o Código Nacional de Atividades Econômicas – CNAE para as pessoas jurídicas que atuam no ramo de armazenamento e silos no Anuário Estatístico da Previdência Social é constatado o seguinte quadro de acidentes do trabalho:

2009 – 2121 acidentes;

2008 – 2021 acidentes;

2007 – 1648 acidentes.

Fonte: Revista Proteção, nº 254, Novo Hamburgo, fev 2013.

O crescente número de acidentes justificaria por si só a inclusão de um texto específico para eliminar e controlar os fatores de riscos presentes nestes locais.

Que riscos são estes? Os mais preocupantes são os incêndios e explosões, mas temos ainda riscos de soterramento, atropelamento, quedas e outros como ergonômicos e ambientais que já são previstos por outras NRs como a 9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e a NR 35 (Segurança em Trabalho em Altura).

Assim, com um texto mais abrangente do que somente sobre o risco de explosões e incêndios, mas sem ser detalhista a Fundacentro propõe o seguinte texto para inserção na NR 29:

29.3.9.6- Segurança em Armazéns e Silos

29.3.9.6.1- Os armazéns e silos devem dispor de sinalização horizontal em seu piso, demarcando áreas de segurança para o trânsito de pessoas e sinalização vertical que indique outros riscos existentes no local.

Justificativa:

Nas áreas de armazenamento há grande movimentação de máquinas de empilhamento e também de pessoas. Assim, é necessário que haja uma área delimitada para que as pessoas transitem com mais segurança e que os operadores saibam das áreas que são compartilhadas por homens e máquinas. Quer-se com isso evitar acidentes por atropelamento.

29.3.9.6.2- Os armazéns e silos que gerem poeiras explosivas devem dispor de sistemas que suprimam sua formação, através de ventilação local exaustora ou outro sistema que mantenha a concentração de poeiras em limites seguros. Podendo ainda suprimir o oxigênio através de gás inerte ou pó químico.

Justificativa:

As poeiras em suspensão com concentração próxima à faixa de Explosividade (20 a 4000 g/m³ de ar) podem causar uma explosão ou incêndio cujo início pode gerar uma série de outras explosões.

O princípio da prevenção é o mesmo do que é previsto para o incêndio, ou seja, tem que ser cortado um dos três elementos necessários: o combustível (a poeira), o oxigênio ou a fonte de energia que dá início ao processo.

No caso de graneis que gerem gases como metano, também inflamável, deve ser previsto o uso de exaustores.

29.3.9.6.3- A administração do porto que tenha em sua área de abrangência armazéns e silos que contenham granel sujeito à formação de atmosferas explosivas deve dispor de um regulamento interno que estabeleça normas de segurança para a entrada e permanência de pessoas nestes locais, a liberação para os serviços a quente como solda elétrica ou corte a maçarico (oxiacetileno), circuito elétrico e iluminação classificado para este tipo de área e

sistema de aterramento que controle a energia estática. Devendo ainda comprovar com documentação a efetiva execução das recomendações de segurança para o controle dos riscos de explosões e incêndios.

Justificativa:

A prevenção contra incêndios e explosões em silos é complexa e deve ter uma gestão bastante criteriosa por parte da administração do porto. O regulamento deve ser cumprido a risca e ser passível de auditoria tanto do Ministério do Trabalho e Emprego, como de possíveis seguradoras.

29.2.6.4 – A entrada em silos que sejam considerados espaços confinados serão obedecidas as recomendações da NR 33.

Proposta MTE – Locais de Repouso e Aguardo de Serviço – subitem 29.4.1.1

29.4.1.1

- a) Ter paredes em alvenaria ou material equivalente;
- b) Ter piso em concreto cimentado ou material equivalente;
- c) Ter cobertura que proteja contra as intempéries;
- d) Possuir área de ventilação natural, composta por no mínimo duas aberturas adequadamente dispostas para permitir eficaz ventilação interna;
- e) Garantir condições de conforto térmico, acústico e de iluminação;
- f) Ter acetos em número suficiente para atender aos usuários durante a sua pausa na jornada de trabalho;
- g) Ter pé direito de 2,40m ou respeitando-se o que determinar o código de obras do município;
- h) Possuir proteção contra riscos de choque elétrico e aterramento elétrico;
- i) Ser identificado de forma visível e não poderá ser utilizado para outras finalidades;
- j) Ser mantido em perfeito estado de conservação e limpeza.

Foi discutido também que é facultada a utilização de local de aguardo de serviço tipo unidade móvel, desde que sejam preservadas as características de higiene e conforto acima citadas.

O coordenador fará proposta sobre [Local de Repouso](#) para a próxima reunião.

APROVADO

Proposta MTE – Moegas e Funis – subitens 29.3.8.6 e 29.3.8.6.2

Subitens aprovados:

29.3.8.6 A moega ou funil utilizado no descarregamento de graneis sólidos deve ser vistoriado anualmente, devendo o responsável técnico emitir um laudo, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica no CREA, que comprove que a estrutura está em condições operacionais para suportar as tensões de sua capacidade máxima de carga de trabalho seguro, de acordo com seu projeto construtivo.

29.3.8.6.1 – No caso de incidentes, avarias ou reformas nos equipamentos, estes somente poderão iniciar seus trabalhos após nova vistoria, obedecido o disposto no subitem 29.3.8.6.

29.3.8.6.2 – Toda moega/funil deve apresentar de forma legível sua capacidade máxima de carga e seu peso bruto.

- 29.3.8.6.3** - A moega ou funil deve oferecer as seguintes condições de trabalho ao operador:
- a) seja provida de cabine fechada que impeça a exposição do trabalhador a poeira e as intempéries;
 - b) possua janela de material transparente e resistente ao vento, à chuva e à vibração;
 - c) possua ar condicionado mantido em bom estado de funcionamento;
 - d) seja provida de escadas de acesso à cabine e parte superior dotadas de corrimões e guarda-corpos;
 - e) ter as instalações elétricas em bom estado, devidamente aterradas e protegidas;
 - f) ser provido de assento ergonômico de acordo com a NR 17.

APROVADO PRAZO DE ATÉ 02 ANOS (item acima 29.3.8.6.3)

29.3.8.6.3.1 – Moegas e funis operados de modo remoto ficam dispensados do disposto no subitem 29.3.8.6.3.

Proposta MTE – Risco de Queda de Barreiras – subitem 29.3.8.2.1

Após discussão sem consenso foi deliberado que o assunto retornará na próxima reunião: subitem 29.3.8.2.1 Na avaliação específica de riscos de queda de barreiras ou deslizamento volumoso de granel seco, deverá ser levado em conta, no mínimo, o ângulo de repouso do produto a granel.

29.3.8.2.1 Na avaliação específica de riscos de queda de barreiras ou deslizamento volumoso de granel seco, efetuada pela pessoa responsável, deverá ser levado em conta, no mínimo, o ângulo de repouso do produto a granel. (Bancada dos Trabalhadores)

Proposta da MB:

29.3.8.2.1 Na avaliação específica de risco de queda de barreiras ou deslizamento de cargas de granel sólido, deverá ser levado em conta, obrigatoriamente, o ângulo de repouso do produto, conforme estabelecido na ficha do produto constante no Código Marítimo Internacional para Cargas Sólidas à Granel (IMSBC), da IMO.

Definição: Ângulo de repouso significa o ângulo de inclinação máximo de material granular não coesivo (ou seja, de fluxo livre). Ele é medido como o ângulo entre um plano horizontal e o cone inclinado de tal material.

Justificativa:

A movimentação de cargas de granel sólido, seja nos navios, seja em terra cria superfícies inclinadas passíveis de deslizamento com risco aos trabalhadores, caso não sejam observadas regras já estabelecidas em âmbito internacional.

Recentemente a IMO reviu regras de armazenagem de cargas de granel sólido a bordo de navios e publicou o Código Marítimo Internacional para Cargas Sólidas à Granel (IMSBC) em vigor a partir de 01 de janeiro de 2011, as quais podem ser estendidas para as operações em terra por serem mais conservadoras e garantirem segurança aos trabalhadores.

Consta do Código em seu item 1.1:

“...autoridades portuárias e outros órgãos e organizações devem adotar este Código e podem utilizá-lo como guia para as suas regulamentações sobre estocagem e a movimentação dentro das suas áreas de carga e descarga.”

Para cereais o IMSBC estabelece que:

5.4.3 Cargas não coesivas a granel possuindo um ângulo de repouso menor ou igual a 30°

Essas cargas, que correm livremente como cereais, deverão ser transportadas segundo as disposições aplicáveis à estivagem de cargas de cereais.

Ou seja, estas cargas devem sofrer recheio para o transporte, segundo o Código Internacional para o Transporte Seguro de Grãos a Granel.

Proposta MTE – Sinalizações – subitem 29.3.9.1

O subitem não foi colocado em discussão devido problemas organizacionais. Pauta da próxima reunião.

Outros Assuntos

- Relato de representante da CNEN, Natanael Bruno, sobre denúncia de chegada de material radioativo no Ceará. A CNEN foi acionada e informou que os portos do Ceará não estão preparados para recebimento deste tipo de carga.
- Representante da CNC, Luis Mamari, entregou ao coordenador documento da Abiquim sobre Ficha de Emergência para apreciação.
- O representante da FNP Guanito Prado Alves Filho efetuou uma apresentação multimídia apresentando as divergências existentes entre a NR-29 e a Resolução da ANTAQ 2239 de 15 de setembro de 2011. Demonstrou que os explosivos face à proibição da armazenagem em áreas portuárias estão sendo desviados para terminais retroportuários situados próximos a escolas, comunidades de baixa renda e áreas comerciais. O representante da FNP forneceu cópia digital da apresentação, bem como, da legislação do Exército Brasileiro, responsável pela normatização dos produtos controlados (entre eles explosivos), solicitou assim como proposta de discussão para a próxima reunião o item: NR-29 x Resolução ANTAQ 2239/2011.
- O representante da FNP Guanito Prado Alves Filho abordou a Nota Nº 197/2011/PRG/ANTAQ/ECLCM elaborada pelo Procurador Federal Eduardo da Costa Lima Caldas Machado a pedido da ANTAQ que atendia uma solicitação do CAP (Conselho de Autoridade Portuária) de Santos, onde relata que a fiscalização das operações em terra e à bordo está dentro do poder-dever da Autoridade Portuária, desde que atue de forma harmônica com as demais Autoridades envolvidas no ambiente portuário. O representante da FNP solicitou no Ministério do Trabalho e Emprego uma Nota Técnica se posicionando sobre o assunto acima citado.
- Representante da CNA, Fayet, solicitou que fosse estabelecido modelo único das fichas de emergência de transporte. Coordenador solicitou que o representante do Ministério dos Transportes verifique com a Agência Nacional de Transportes Terrestres se há diferenças entre as fichas.
- José Adilson, CONTTMAFF, solicitou estudo sobre a nova MP dos Portos e sugeriu para a próxima reunião estudo de caso sobre navio do ES.
- Rogério, FENCCOVIB, sugeriu discussão sobre Plataforma de Serviço.
- Agradecimento dos representantes do TESC, Fernando Carvalho e Tatiana Oliveira, à comissão.
- A CPNP agradeceu o acolhimento do Terminal de Itapoá, do Porto de São Francisco do Sul (OGMO), e do TESC e finalizou a reunião.
- Agendada a próxima reunião ordinária para a cidade de Manaus – AM, nos dias 22 e 23 de agosto de 2013.